

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 26 de maio

TCE-GO fiscaliza gestão do Hospital de Campanha de Goiânia

A Redação

Goiânia - A execução do contrato de gestão nas atividades do Hospital de Campanha de **Goiânia** está sendo fiscalizada pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**. O acompanhamento é uma determinação do **conselheiro Kennedy Trindade**, relator dos processos da área da Saúde no Tribunal. A unidade fica instalada nas dependências do Hospital do Servidor Público Fernando Cunha Júnior.

O **conselheiro** autorizou a análise dos critérios de contratação da organização social (OS), as metas e os repasses financeiros correspondentes, em virtude do caráter de urgência, diante da pandemia da covid-19.

Segundo o **TCE**, a OS Associação Goiana de Integralização e Reabilitação foi contratada em caráter emergencial, por dispensa de licitação, pela Secretaria de Estado da Saúde para a formação de parceria com vistas ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das atividades no hospital de campanha, pelo valor global de R\$ 57.759.449,04.

O relator solicitou celeridade na conclusão dos trabalhos, "para que se possa garantir, na medida do possível, não só tempestividade, mas também o caráter preventivo e pedagógico à atuação do controle externo, dada a gravidade da crise que assola o Estado".

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/134609/tce-go-fiscaliza-gestao-do-hospital-de-campanha-de-goiania>

Polícia Civil investiga compras de medicamentos com suspeita de sobrepreço pela Prefeitura de Montes Claros

Policiais civis da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Administração Pública (Dercap) cumpriram mandados de busca e apreensão de documentos na sede da Prefeitura de Montes Claros, no hospital municipal, na secretaria de saúde e na empresa que presta serviços de licitação para o município, situada em Aparecida de Goiânia, nesta terça-feira (26).

A investigação começou em cima de um contrato entre a prefeitura e a empresa no valor de R\$ 190 mil, onde a polícia teria encontrado o superfaturamento de R\$ 44 mil. Valor que também foi bloqueado pela Justiça de Goiás após representação da polícia. O delegado responsável pela operação, Webert Leonardo Lopes Santos, disse ao G1 que foram encontrados mais seis contratos com indícios de sobrepreço e serão objeto de apuração. Nesta fase, ninguém foi preso, mas o delegado não descarta pedir mandado de prisão no decorrer da investigação.

A Prefeitura de Montes Claros manifestou, em nota, não haver irregularidades em seus processos por meio do Fundo Municipal de Saúde. As informações dos contratos, segundo a nota, foram todas publicadas no Portal da Transparência e no site do **Tribunal de Contas de Goiás**. (Veja a íntegra ao final).

Na tabela de compras que deu início a investigação, com o total de 38 itens adquiridos pelo município por meio de dispensa de licitação, o delegado disse ter identificado sobrepreço em todos eles. Mas destacou a compra de uma marca de leite especial para bebês por R\$ 143,70, enquanto o valor praticado no mercado é de R\$ 50,97. Outro medicamento dessa tabela é o AAS, adquirido pela prefeitura por R\$ 35,40, embora o valor normal é de R\$ 8,08, segundo o delegado.

São exemplos de superfaturamento na compra desses medicamentos que devem ser investigados. Nós iniciamos a investigação após receber denúncia anônima dessas compras. Nos últimos meses identificamos seis contratos com indícios de superfaturamento. Por isso pedimos o bloqueio nas contas da empresa que presta serviços de licitação ao município para sequestrar R\$ 44 mil, porque entendemos que é a margem de valor de diferença entre o que o mercado pratica e o que eles pagam , explicou o delegado.

A polícia ainda investiga qual seria o valor total das diferenças pagas pelo município em relação ao preço de mercado em todos os contratos apreendidos durante a operação.

Esta primeira etapa pretende identificar quem são os responsáveis pelos pagamentos, tanto na prefeitura quando na empresa, para onde foram os valores pagos a mais e fazer o vínculo entre as pessoas envolvidas, segundo o delegado.

O Fundo Municipal de Saúde acredita tratar-se de manobra política puramente de cunho eleitoral e informa que os processos foram realizados de acordo com a lei em cumprimento de ordens judiciais.

Os processos estão instruídos com cotações prévias em atendimento à Lei 8.666/93, atendendo o princípio da legalidade.

As informações foram todas publicadas no Portal da Transparência e no site do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**.

O Fundo Municipal de Saúde afirma não ter nenhuma irregularidade em seus processos e se encontra a disposição

Site: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/05/26/policia-civil-investiga-compras-de-medicamentos-com-suspeita-de-sobrepreso-pela-prefeitura-de-montes-claros.ghtml>

Polícia Civil investiga compras de medicamentos com suspeita de sobrepreço pela Prefeitura de Montes Claros

Policiais civis da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Administração Pública (Dercap) cumpriram mandados de busca e apreensão de documentos na sede da Prefeitura de Montes Claros, no hospital municipal, na secretaria de saúde e na empresa que presta serviços de licitação para o município, situada em Aparecida de Goiânia, nesta terça-feira (26).

A investigação começou em cima de um contrato entre a prefeitura e a empresa no valor de R\$ 190 mil, onde a polícia teria encontrado o superfaturamento de R\$ 44 mil. Valor que também foi bloqueado pela Justiça de Goiás após representação da polícia. O delegado responsável pela operação, Webert Leonardo Lopes Santos, disse ao G1 que foram encontrados mais seis contratos com indícios de sobrepreço e serão objeto de apuração. Nesta fase, ninguém foi preso, mas o delegado não descarta pedir mandado de prisão no decorrer da investigação.

A Prefeitura de Montes Claros manifestou, em nota, não haver irregularidades em seus processos por meio do Fundo Municipal de Saúde. As informações dos contratos, segundo a nota, foram todas publicadas no Portal da Transparência e no site do [Tribunal de Contas de Goiás](#). (Veja a íntegra ao final).

Na tabela de compras que deu início a investigação, com o total de 38 itens adquiridos pelo município por meio de dispensa de licitação, o delegado disse ter identificado sobrepreço em todos eles. Mas destacou a compra de uma marca de leite especial para bebês por R\$ 143,70, enquanto o valor praticado no mercado é de R\$ 50,97. Outro medicamento dessa tabela é o AAS, adquirido pela prefeitura por R\$ 35,40, embora o valor normal é de R\$ 8,08, segundo o delegado.

São exemplos de superfaturamento na compra desses medicamentos que devem ser investigados. Nós iniciamos a investigação após receber denúncia anônima dessas compras. Nos últimos meses identificamos seis contratos com indícios de superfaturamento. Por isso pedimos o bloqueio nas contas da empresa que presta serviços de licitação ao município para sequestrar R\$ 44 mil, porque entendemos que é a margem de valor de diferença entre o que o mercado pratica e o que eles pagam, explicou o delegado.

A polícia ainda investiga qual seria o valor total das diferenças pagas pelo município em relação ao preço de mercado em todos os contratos apreendidos durante a operação.

Esta primeira etapa pretende identificar quem são os responsáveis pelos pagamentos, tanto na prefeitura quando na empresa, para onde foram os valores pagos a mais e fazer o vínculo entre as pessoas envolvidas, segundo o delegado.

O nome da empresa que faz licitações para a prefeitura não foi divulgado, por causa da investigação, por isso não foi possível pedir a defesa.

Nota da Prefeitura de Montes Claros

O Fundo Municipal de Saúde acredita tratar-se de manobra política puramente de cunho eleitoral e informa que os processos foram realizados de acordo com a lei em cumprimento de ordens judiciais.

Os processos estão instruídos com cotações prévias em atendimento à Lei 8.666/93, atendendo o princípio da legalidade.

As informações foram todas publicadas no Portal da Transparência e no site do [Tribunal de Contas do](#)

Estado de Goiás.

O Fundo Municipal de Saúde afirma não ter nenhuma irregularidade em seus processos e se encontra a disposição

Site: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/05/26/policia-civil-investiga-compras-de-medicamentos-com-suspeita-de-sobrepreso-pela-prefeitura-de-montes-claros.ghtml>

Polícia investiga compra de medicamentos superfaturados em Montes Claros

A Polícia Civil cumpriu, nesta terça-feira (26), em Montes Claros de **Goiás**, mandados de busca e apreensão que pretendem apurar a denúncia de que medicamentos estavam sendo adquiridos pelo município por um valor até quatro vezes maior que o praticado no mercado. Um mandado de busca também foi cumprido na sede da empresa que vende os medicamentos, em Aparecida de **Goiânia**.

De acordo com o delegado Weber Leonardo, titular da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública (Dercarp), além da suspeita que o contrato, que beneficiou apenas uma empresa, tenha sido feito sem licitação, já existem indícios de superfaturamento na aquisição de vários medicamentos.

"Um AS, por exemplo, que no mercado custa R\$ 8,80, foi adquirido pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Montes Claros de **Goiás** por R\$ 30,40. É inadmissível que em um momento tão grave como esse, em que o mundo enfrenta uma pandemia, o gestor, que é quem deveria estar zelando pelo dinheiro do cidadão, permita, ou compactue com esse tipo de falcaturia", pontuou.

(Foto: divulgação/PC)

Os mandados de busca e apreensão que apreenderam documentos e notas fiscais foram cumpridos na empresa que vendeu os medicamentos, em Aparecida de **Goiânia**, na Secretaria Municipal de Saúde, e na sede da Prefeitura de Montes Claros de **Goiás**.

A Polícia Civil também conseguiu, na justiça, o bloqueio de quase R\$ 44 mil nas contas dos investigados, valor que, segundo Weber Leonardo, é referente a última negociação realizada entre a prefeitura e a empresa. Caso sejam comprovadas as fraudes, os responsáveis serão indiciados por fraude a licitação, associação criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, e peculato.

Por meio de nota enviada à imprensa, o Secretário Municipal de Saúde de Montes Claros de **Goiás**, José Antônio de Amorim Neto afirmou que todos os processos de compra de medicamentos foram realizados com cotações prévias, e foram publicados no Portal da Transparência, e no site do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. Ele também disse acreditar que as denúncias sejam fruto de uma manobra política, com cunho eleitoral.

Site: <https://www.emaisgoias.com.br/policia-investiga-compra-de-medicamentos-superfaturados-em-montes-claros-de-goias/>

Compras superfaturadas de medicamentos são investigadas em Montes Claros de Goiás

Nesta terça-feira (26), a Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública (Dercap) e a Delegacia de Polícia (DP) de Montes Claros de Goiás deflagraram a Operação FÁRMACO - uma operação de combate a compras superfaturadas de medicamentos e utensílios farmacêuticos pela prefeitura de Montes Claros de Goiás. A ação contou com o apoio da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE/GT3).

Dois mandatos de busca e apreensão foram cumpridos, além de contas bancárias bloqueadas de pessoas físicas e jurídicas envolvidas em contratos entre a Prefeitura de Montes Claros de Goiás e uma empresa localizada em Aparecida de Goiânia, para fornecimento de medicamentos e produtos farmacêuticos em geral.

Além da suspeita de dispensa ilícita do processo licitatório, é investigado pela Polícia Civil um suposto direcionamento de contratos para a mesma empresa e o superfaturamento dos valores pagos pela Prefeitura Municipal. Segundo a investigação, vários medicamentos de uso contínuo, controlado ou especial, bem como insumos essenciais para crianças detentoras de patologias específicos, foram adquiridos pelo dobro ou triplo do valor aplicado no mercado.

Os respectivos autores dos crimes, ainda investigados pela Decarp, devem responder por fraude a licitação, corrupção ativa e passiva, associação criminosa, lavagem de dinheiro e peculato.

Em nota, assinada pelo secretário José Antônio de Amorim Neto, a Secretaria de Saúde informou que não ter nenhuma irregularidade em seus processos e se encontra a disposição para maiores esclarecimentos e a disposição da Justiça .

Nota na íntegra

O Fundo Municipal de Saúde acredita tratar-se de manobra política puramente de cunho eleitoral e informa que os processos foram realizados de acordo com a lei em cumprimento de Ordens Judiciais.

Os processos estão instruídos com cotações prévias em atendimento a Lei 8.666/93, atendendo o Princípio da Legalidade.

As informações foram todas publicadas no Portal da Transparência e no site do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** - GO.

O Fundo Municipal de Saúde afirma não ter nenhuma irregularidade em seus processos e se encontra a disposição para maiores esclarecimentos e a disposição da Justiça.

Site: <http://www.ohoje.com/noticia/cidades/n/176695/t/compras-superfaturadas-de-medicamentos-sao-investigadas-em-montes-claros-de-goias>

Embaixadores da Cidadania já conta com milhares de participações; inscrições vão até dia 7 de junho

Da Redação

O **Governo de Goiás** em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), lançou na última semana o projeto Embaixadores da Cidadania. Trata-se de um programa de certificação que tem o objetivo de acionar, por meio da capacitação estruturada, o conhecimento dos dispositivos constitucionais atrelados à cidadania.

" No início do ano, a **CGE (Controladoria Geral do Estado)** colocou para rodar uma pesquisa com os usuários da Ouvidoria Geral do Estado, e a gente perguntou para essas pessoas se elas teriam interesse em fazer algum programa de certificação nas temáticas de cidadania", explica a coordenadora do projeto, Marjorie Lynn, em entrevista ao Tom Maior, da SagresTV.

Segundo a coordenador, o número de interações superou as expectativas. "Foram 2,5 mil respostas. Destas, 2,4 mil pessoas falaram que tinham interesse em um projeto com esse desenho. A partir daí, a gente começou a desenhar o que seria essa certificação que hoje virou o Embaixadores da Cidadania", afirma.

Podem participar da iniciativa qualquer cidadão de 16 anos ou mais e que esteja disposto a aprimorar e produzir um projeto que vise a uma interferência social. "As inscrições vão até o dia 7 de junho. Para se inscrever basta entrar no site do programa www.embaixadoresdacidadania.go.gov.br ", explica.

O projeto está estruturado em duas fases. A primeira conta com etapas teóricas e pílulas de conhecimento. Os cursos teóricos foram desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e serão ofertados por EaD em ambiente virtual. Na segunda fase, os participantes serão estimulados a desenvolver um projeto social que contribua ou possa ser aplicado em sua comunidade. Ao final, será concedida pela UFG uma certificação de 180 horas para aqueles que concluírem as etapas.

Os conteúdos e atividades feitos ao longo do curso permitirão que os cidadãos participantes entendam a importância da participação ativa na sua comunidade e no Estado. Como resultado, é esperado que o Embaixadores da Cidadania se desenvolva como um instrumento eficaz para influenciar diretamente no desenvolvimento de uma cultura política que torne o cidadão goiano um agente ativo e participativo na construção das políticas públicas que incidem sobre ele e sobre sua comunidade.

Também são parceiros do projeto o Ministério Público de Goiás, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Educação de Goiás, a Organização das Voluntárias de Goiás, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, a **Agência Brasil Central**, entidades e projetos como o Voto Consciente, Lobby Social, Politize!, Goianas na Urna, e a agência de dados Fiquem Sabendo. Estas instituições também cederão técnicos e integrantes que atuarão como facilitadores das atividades, em conversas sobre suas áreas de atuação, gravadas e disponíveis aos participantes inscritos.

Assista a entrevista a seguir a partir de 1h43m

Site: <https://sagresonline.com.br/embaixadores-da-cidadania-ja-conta-com-milhares-de-participacoes-inscricoes-vao-ate-dia-7-de-junho/>